

# *Críticas à política de colonização israelense em territórios palestinos*

---



Uma polêmica lei foi aprovada pelo Parlamento israelense, que pretende legalizar milhares de moradias clandestinas construídas por colonos em territórios palestinos da Cisjordânia. As críticas choveram contra o ato, considerado um roubo de propriedades que atenta contra a solução do conflito entre os dois povos.

Durante visita à França, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, disse que seu governo está comprometido com o processo de entendimento para resolver as divergências com o Estado sionista, mas há limites que não podem ser ultrapassados.

Abbas e seu anfitrião, François Hollande, julgam que a lei israelense é um atentado à solução da crise no Oriente Médio, a qual passa pela criação e o reconhecimento de dois países soberanos que sejam capazes de conviver em paz com as fronteiras existentes antes de 1967.

Em 15 de janeiro passado, representantes de 75 países e organizações internacionais se reuniram, em Paris, para discutir a situação. E advertiram ao primeiro-ministro sionista Benjamin Netanyahu sobre as consequências da política de construir colônias em territórios palestinos ocupados.

Apesar das advertências, o Parlamento israelense se reuniu na semana passada e aprovou uma lei que legaliza milhares de moradias edificadas nos últimos anos sobre terrenos cujos proprietários são cidadãos palestinos, o que legaliza a usurpação de territórios alheios.

A representante da União Europeia Federica Mogherini censurou a iniciativa israelense e observou: Tel Avive, ao aprovar tal medida, está entrando em areias movediças.

Segundo a chefe da diplomacia da União Europeia, a lei permite se apropriar dos direitos de propriedade palestinos em território ocupado.

E avisou: se essa legislação for ratificada, consolidará a realidade da desigualdade de direitos de um só Estado e a ocupação e o conflito perpétuos.

Houve reações adversas dentro de Israel inclusive, onde duas organizações humanitárias entraram com ação na Suprema Corte de Justiça para impedir que a legalização do roubo de propriedades palestinas seja consumada.

O grupo Adalah e o Centro de Ajuda Legal e dos Direitos Humanos de Jerusalém buscam evitar que a iniciativa entre em vigor e legalize as colônias denominadas “selvagens” como são conhecidas as moradias construídas sem consentimento explícito do governo sionista.

Até agora, Israel tinha estabelecido uma diferença entre as colônias reconhecidas e as chamadas “selvagens”, mas a atual lei lhes daria o mesmo tratamento.

Sendo Cisjordânia um território ocupado militarmente por Israel desde 1967, o direito internacional considera que todos esses assentamentos são ilegais.

Em poucas palavras, é um projeto de Tel Avive para impedir uma solução ao conflito criado no final da primeira metade do século passado, que já provocou centenas de milhares de vítimas e sofrimentos ao povo palestino, que pede intervenção da comunidade internacional para restabelecer a ordem nesse território.

---

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/121485-criticas-a-politica-de-colonizacao-israelense-em-territorios-palestinos>



**Radio Habana Cuba**